

**Possíveis intersecções entre a Educação Ambiental Crítica e a conjuntura retratada na obra
“Reze pelas Mulheres Roubadas”, de Jennifer Clement**

**Possible intersections between Critical Environmental Education and the situation
portrayed in the novel “Prayers for the Stolen”, by Jennifer Clement**

Ana Carolina Duarte Nunes
Alana das Neves Pedruzzi
Universidade Federal do Rio Grande
Rio Grande - Brasil

Resumo

O presente artigo trata de uma análise da obra *Reze pelas Mulheres Roubadas*, da escritora mexicana Jennifer Clement, a partir da exposição da hostil realidade vivenciada pelas mulheres de Guerrero, de forma articulada à análise mediante alguns preceitos da Educação Ambiental Crítica. Neste trabalho, serão abordadas algumas questões que cercam as mulheres em posição de vulnerabilidade - a violência, o feminicídio, o tráfico e, por fim, a conflituosa relação entre a sua sobrevivência e as questões socioambientais que permeiam o território que habitam, para então compreender a interrogativa principal que guia este trabalho: Como ocorre o processo de desumanização das mulheres e qual a relação disso com a Educação Ambiental Crítica? Para pensar a construção deste artigo, foram utilizadas a metodologia da Leitura Imanente e da pesquisa qualitativa, bem como os trabalhos de Audre Lorde, Angela Davis, Françoise Vergès, Cinzia Aruzza, Nancy Fraser e Tithi Bhattacharya.

Palavras-chave: Reze pelas Mulheres Roubadas; Feminismos Anticoloniais; Educação Ambiental Crítica.

Abstract

This article is an analysis of the work *Prayers for the Stolen*, by the Mexican writer Jennifer Clement, based on the exposure of the hostile reality experienced by the women of Guerrero, articulated with the analysis through some precepts of Critical Environmental Education. In this work, some issues that involve women in vulnerable positions will be addressed, such as violence, femicide, trafficking and, finally, the conflicting relationship between their survival and the socio-environmental issues that permeate the territory they inhabit, in order to then understand the main question that guides this work: How does the process of dehumanization of women occur and what is its relationship with Critical Environmental Education? To think about the construction of this article, the methodology of Immanent Reading and qualitative research were used, as well as the works of Audre Lorde, Angela Davis, Françoise Vergès, Cinzia Aruzza, Nancy Fraser and Tithi Bhattacharya.

Keywords: Prayers for Stolen; Anticolonial Feminisms; Critical Environmental Education.

Introdução

A desumanização das mulheres é uma das principais temáticas abordadas nos estudos feministas na atualidade. Nesse sentido, o movimento feminista exerce centralidade no que tange a ofertar a visibilidade necessária à violência perpetrada sistemática e historicamente contra os corpos femininos, sobretudo aqueles racializados. Com igual importância, as discussões sobre as temáticas ambientais ganham força na atualidade, em especial, se considerarmos os crescentes problemas gerados pelas mudanças climáticas e as consequências diretamente vivenciadas pelas mulheres, contingente populacional em maior situação de vulnerabilização.

Assim, a Educação Ambiental torna-se fundamental, pois, ao aliar discussões que entrelaçam feminismo e natureza, possibilita pensar nos contínuos de violências vivenciadas pelas populações subalternizadas, sobretudo, as mulheres periféricas e racializadas. Nesse sentido, este artigo se orientará a partir do seguinte questionamento: Como ocorre o processo de desumanização das mulheres e qual a relação desse processo com a Educação Ambiental Crítica? Na tentativa de responder ao questionamento motivador, elencamos os seguintes eixos para a escrita: I) Uma abordagem panorâmica e analítica da obra, a exposição sobre como a arte e a literatura conversam entre si, possuindo um forte potencial de criar importantes paralelos com a realidade; II) Diálogo sobre como as mulheres, pelo fato de serem mulheres e ao assumirem os papéis de gênero que lhes são socialmente atribuídos, são infelizmente submetidas à violência de gênero perante uma sociedade patriarcal e capitalista; III) A relação entre a conjuntura vivenciada pelas mulheres racializadas e a Educação Ambiental Crítica; e, por fim, IV) Contribuições do movimento feminista anticolonial para conceber um locus de resistência em relação às problemáticas apresentadas.

A partir da exposição da obra literária enquanto reflexo da realidade, é possível, neste artigo, compreender como a vida das mulheres, sobretudo aquelas racializadas, está condicionada pelo capital e pela lógica patriarcal, haja vista que essas mulheres ocupam a linha de frente no combate à atual crise ecológica e constituem a espinha dorsal do contingente populacional afetado diretamente pelas questões socioambientais

Desse modo, a referida pesquisa busca construir linhas perpendiculares entre a obra literária e a realidade vivenciada pelas mulheres racializadas, a qual foi exemplificada a partir do livro “Reze pelas Mulheres Roubadas”, de Jennifer Clement (2015) e da sua adaptação à

produção cinematográfica por Tatiana Huezo (2021). Para o desenvolvimento da fundamentação teórica a fim de viabilizar a argumentação sobre os conceitos presentes na obra e analisar as suas problemáticas, foram realizados levantamentos bibliográficos para a contextualização da temática no âmbito acadêmico e sua relevância para a sociedade contemporânea. Assim, foram utilizados escritos de autoras feministas, como Audre Lorde, Angela Davis, Françoise Vergès, Cinzia Aruzza, Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e demais escritores cujos trabalhos possuíam relação com a temática estudada.

Essa pesquisa foi metodologicamente organizada a partir dos escritos de Lessa (2014), onde o filósofo descreve o processo da Leitura Imanente, a qual consiste em um método disposto em procedimentos de estudos, como diálogo crítico, mapa das questões norteadoras e das unidades epistemológicas, diário etnográfico e interpretação compreensiva. O estudo intermediado por tal metodologia proporcionou uma análise minuciosa de cada parágrafo do texto estudado, do qual foi possível retirar a ideia central. Desse modo, a bibliografia utilizada servirá como embasamento para elencar a importância da temática de forma crítica e dialogada com os autores utilizados. Além disso, o presente artigo foi cunhado a partir da pesquisa qualitativa, que Gil (2002) define como a combinação de diversas estratégias para a construção de um trabalho, sendo uma delas o emparelhamento, consistente em associar os dados que foram recolhidos a um modelo teórico pré-existente, cuja finalidade é tecer uma comparação entre ambos.

Nesse sentido, Gil (2002, p. 90) ainda discorre que:

Essa estratégia requer a existência de uma teoria sobre a qual a pesquisa possa apoiar-se para explicar o fenômeno ou a situação. Assim, torna-se possível verificar se há verdadeiramente correspondência entre a construção teórica e os dados observados.

Congruente a isso, o presente trabalho propõe-se a construir um estudo acerca de como a literatura pode articular-se enquanto um agente capaz de realizar um espelhamento da realidade, que a partir das metodologias e do aporte teórico utilizados, torna-se viável a análise de como essa realidade pode ser cruel com as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Essas são as habitantes das periferias do mundo e compõem o contingente populacional majoritário que é acometido pelas mudanças climáticas, pela égide do capital e pela estrutura patriarcal.

A literatura enquanto retrato do cotidiano

Em uma história ficcional cujo nome - o primeiro contato entre o leitor e o autor - age causando tamanho impacto, o que se pode esperar a respeito do conteúdo? “Agora vamos deixar você feia, minha mãe disse. [...] No espelho, eu a vi passar o pedaço de carvão em meu rosto. É uma vida sórdida, murmurou” - é a oração que marca o início da obra *Reze pelas mulheres roubadas*, de Jennifer Clement (2015, p. 7) e inaugura a imersão do leitor em uma realidade conflituosa vivenciada pela população feminina que reside em Guerrero (2015).

A obra, que é um aglomerado de relatos vistos e ouvidos pela autora, é resultado de uma pesquisa que perdurou por mais de dez anos, para a qual diversas cidades do México foram visitadas e mulheres em situação de risco – inclusive as vítimas que tiveram uma relação direta com o narcotráfico foram entrevistadas. A finalidade dessa investigação era construir um retrato da situação local, expondo as adversidades e as mazelas experienciadas pelos habitantes, sobretudo aquelas mulheres racializadas e expostas à hostis condições para o pleno exercício da vida.

A narrativa é construída, na maior parte do tempo, na cidade de Guerrero. Criando um paralelo com a realidade, a cidade fictícia onde a história se passa é uma adaptação à literatura de Ciudad Juárez, que se localiza na fronteira entre o México e os Estados Unidos, justificando por partes, como será abordado à frente, a expectativa dos maridos das habitantes de Guerrero de migrar para os Estados Unidos e viverem “O Sonho Americano”, idealizado por Adams (1931) ou como descobririam posteriormente, a ilusão do mesmo.

É em meados de 1990 que Ciudad Juárez ganha maior visibilidade, a partir de uma onda de assassinatos brutais, portando elevados níveis de violência à medida que admitia-se tortura, mutilação, estupros e exposição dos corpos violentados, dentre outras séries de barbáries. Estes catastróficos acontecimentos receberiam uma nomenclatura a partir de Diana Russell (1938-2020), que intitularia como feminicídio o assassinato de mulheres pela razão do seu gênero, ou seja, por serem mulheres. Essa definição foi pela primeira vez, exposta por Russell em 1976, em Bruxelas, na Bélgica, no Tribunal de Crimes Contra a Mulher e, aos poucos, tornar-se-ia um elemento – quase – de senso comum à medida que esses cruéis eventos continuavam ocorrendo em Ciudad Juárez.

Transpassando a realidade e tornando-a literatura, Clement, no romance *Reze pelas mulheres roubadas* (2015), constrói uma narrativa sobre a opressão e a violência perpetrada

contra meninas e mulheres, sobretudo aquelas racializadas e socialmente marginalizadas. A partir do romance de Clement (2015) que Tatiana Huezo, em 2021, dirigiu a obra “A Noite do Fogo”, levando ao cinema mexicano um retrato das circunstâncias às quais as mulheres de Guerrero são submetidas diariamente.

Desse modo, é por intermédio do livro de Clement (2015) e da produção cinematográfica de Huezo (2021) que as vivências das mulheres invisibilizadas pelo governo e pela sociedade ganham maior visibilidade. É na empreitada de estreitar laços que separam pessoas e distanciam vivências, que a exposição de realidades divergentes se torna cada vez mais necessária, bem como a urgência de um feminismo que abarque as demandas comuns de todas às mulheres, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, Audre Lorde (2019, p. 53) afirma:

E nos lugares em que as palavras das mulheres clamam para ser ouvidas, cada uma de nós devemos reconhecer a nossa responsabilidade de buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de analisar a pertinência delas na nossa vida. Que não nos escondemos por detrás das farsas de separação que nos foram impostas e que frequentemente aceitamos como se fossem invenção nossa.

A narrativa ficcional tem como protagonista Ladydi García Martínez e é construída a partir das fases da sua vida, das condições sociais e econômicas às quais as mulheres estão sujeitas e das ameaças que a sexualização de alguns aspectos de sua feminilização representam nesse local.

Ser mulher em Guerrero era um fardo. Em outras palavras, uma pré-assinatura de certidão de óbito. A exceção à regra possivelmente era ter sorte. Em Guerrero, sorte significava cavar bons buracos no chão, que serviam de esconderijos para que os traficantes não notassem a presença das meninas ou então nascer como Maria, não atraente aos seus olhos, visto que estava fora dos padrões impostos e idealizados socialmente, haja vista que Maria nasceu com lábio leporino. Nessa terra, ninguém desejava nascer mulher ou ter filhas mulheres. Assim, Clement (2015, p. 7), através de Ladydi afirma:

Quando eu era pequena, minha mãe me vestia de menino e me chamava de menino. Conteí a todo mundo que tive um menino, ela disse. Se fosse uma menina, eu seria roubada. Se os traficantes de drogas ficassem sabendo que havia uma menina bonita por perto, eles invadiriam nossas terras em Escalades e a levariam.

Na intenção de passarem despercebidas e assim terem a possibilidade de continuarem vivas ou então não como posse de um narcotraficante, logo cedo as meninas eram urgidas a amadurecer. Quando crianças, já precisavam ter consciência dos perigos que as cercavam e assim, perdiam a inocência inerente à condição humana durante a infância. De acordo com Dutra (2016), partindo da compreensão de que o gênero é uma construção social, é relevante observar como as relações ocorrem em um cenário de violência constante, no qual a sobrevivência precisa, em muitos momentos, da negação de certos aspectos da feminilidade, ainda que esses lhe sejam socialmente atribuídos. Assim, as meninas não tinham os seus cabelos compridos, pois isso chamaria atenção dos homens, precisavam usar roupas largas que escondiam o formato dos seus corpos e assemelhassem-nas a meninos, pois isso as fariam passar alheias aos olhares maldosos masculinos. Além disso, para não serem atraentes, sujavam-se propositalmente, como discorre a mãe da Ladydi (Clement, 2015, p. 7): “Talvez eu tenha que quebrar os seus dentes [...] Quando cresci, passei a esfregar um lápis marcador preto ou amarelo nos dentes para que parecessem podres. Não há nada mais nojento do que uma boca suja”.

Era na negação da feminilidade atribuída socialmente aos papéis de gênero que morava a intenção das mães de protegerem suas filhas do perigo inerente à figura dos narcotraficantes. Elas abdicavam da inocência natural à infância em prol da manutenção da vida das suas meninas. No pacto de extrair certos aspectos do feminino de suas filhas, centralizava-se o seu instinto de sobrevivência. Durante a infância, é mais fácil escondê-las dentro de roupas largas, cortes de cabelo curtos, mal cheiros provenientes por vezes das precárias condições de higiene ou por vezes intencionais e, sobretudo, dentro de buracos cavados no solo.

Neste ponto, é de suma importância que seja feita uma ressalva: quando as habitantes abrem mão de certos aspectos de feminização, não significa que estejam abrindo mão da sua feminilidade, mesmo que essas neguem os estereótipos de feminino que lhes são socialmente atribuídos em um processo exterior de imposição. Desse modo, a violência perpetrada sistematicamente contra os corpos das mulheres não depende das noções de feminilidade, mas sim das bases que fundamentam uma estrutura social problemática, capitalista e patriarcal.

No que concerne ao cotidiano das mulheres de Guerrero, com a chegada da adolescência e, conseqüentemente à sua grande carga de hormônios, vislumbrava-se uma nova ordem. Transformações nas mentes e nos corpos estavam em curso, corpos esses que admitiam novas formas, curvas e chamavam mais atenção de olhares masculinos eivados pelo patriarcado. Com a chegada da menarca, vinha consigo, de forma tão intensa, o medo. O medo de agora ser considerada de fato uma mulher e o peso do significado dessa palavra, sobretudo para as mulheres que habitam esse terreno tão hostil. É nesse sentido que Caramalac e Nantes (2022, p. 27) corroboram, com seus pensamentos, a respeito da situação vivenciada na produção fílmica inspirada na obra de Clement:

A irmandade entre as mulheres de *A noite do fogo* torna-se tão efetivo-afetiva que há, entre outros, um pacto de “feitura”, ou desmantelamento da beleza, [...], tentar ocultar os traços de feminilidade, fazer com que as garotas não se pareçam garotas, senão garotos, com o intuito de protegê-las dos sequestros, estupros, assassinatos. Nosso objetivo aqui não é discorrer sobre beleza hegemônica, masculinidades e feminilidades dos corpos, mas tratar de refletir sobre a intervenção corpórea perpetrada pelas mães das meninas [...] Em última instância, a beleza é algo da ordem do indesejável, e ser “feia” é garantia de sobrevivência, conforme se observa na epígrafe que abre este trabalho, de Jennifer Clement.

Ao decorrer do exercício de viver ou sobreviver empreendido pelas meninas e mulheres de Guerrero, um elemento central possuía destaque: a sororidade que permeava as relações interpessoais estabelecidas entre as habitantes locais. Entretanto, é preciso ter cuidado para não empregar o termo ao contexto por elas vivenciado de forma errônea, romantizando as tormentas, a opressão e a iminência da ameaça à vida. Elas não se uniam porque gostavam, não se escondiam porque queriam e nem tampouco se caracterizavam porque com isso se entretinham. As ações tomadas por elas eram motivadas porque no seu interior havia medo. O medo, na sua conjuntura, era de perder a vida ou no caso de muitas residentes, do controle sobre elas e sobre os seus corpos.

O sequestro e o tráfico de corpos femininos era uma realidade em Guerrero. O fato de serem pequenas meninas ou mulheres que já chegaram à maturidade não importava. O que lhes interessavam era apenas os seus corpos – e a forma como poderiam abusar deles. Afinal, quando mais jovens e bonitas, melhor lhes serviam. A redução da mulher ao papel de objeto sexual em que lhes eram roubadas sua autonomia, sua identidade e qualquer resquício de dignidade inerente à condição humana também estava presente no cenário sociocultural de Guerrero.

Corpos, mulheres, vivências e explorações

A fim de melhor compreendermos a conjuntura de subalternização vivenciada pelas mulheres, é importante estabelecermos algumas reflexões sobre a exploração dos corpos femininos e também do entrelaçamento entre o capitalismo e o patriarcado. De acordo com Aruzza, Fraser e Bhattacharya (2019, p.14) “O capitalismo é a barbárie. Transforma tudo em mercadoria: corpos, talentos, fé, trabalho, amor, desejos, mulheres.”. Traçando linhas perpendiculares entre esses sistemas e o pensamento de Marx (1989), de como o modo de produção capitalista tende a transformar tudo em mercadoria, a utilização de indivíduos a fim de obtenção de capital é uma realidade. Assim, a mercadoria produzida não deixa de ser mercadoria, mas é possível ainda transcendê-la. Segundo o jurista brasileiro Damásio (2003), o tráfico de pessoas aumentou exponencialmente nos últimos anos em função de ser uma atividade que não exige grande investimento de capital e que gera prósperos lucros. Afinal, traficar pessoas torna-se mais rentável do que as outras “mercadorias”, em virtude da possibilidade de “usá-las” diversas vezes.

Os trabalhadores, que devem oferecer, sob a égide do capital, apenas a força dos seus músculos e a alienação do seu trabalho, podem também deixar de produzir de fato mercadorias e vender o que já nasce consigo, em um processo de objetificação e mercantilização direta dos seus corpos. É nesse lócus que as relações de poder e dominação aumentam as suas amarras, adentrando de forma mais profunda no âmago das sociedades. Dessa forma, o dominador, o traficante, o cafetão e, sobretudo, o indivíduo que detém poder e dinheiro, cada vez aumenta seus lucros sobre o explorado, que por sua vez, é cotidianamente subjugado, torna-se ainda mais abusado, privado de liberdade e, em dados momentos, ceifado do seu direito à vida.

Quanto aos elementos que compõem o quadro da exploração sexual e do tráfico humano, estão envoltas questões de toda ordem. Quando analisado o tráfico de crianças e adolescentes, insere-se também a pedofilia. Quanto ao tráfico de mulheres, uma barbárie oriunda do machismo, materializada pela violência sexual e pelo assédio moral. Se são negras ou racializadas, estão expostas as garras do racismo. Quando pobres, uma ramificação das desigualdades sociais que assolam o mundo da pior forma possível.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Pestraf), realizada no Brasil em 2002, concluiu-se que são predominantemente

vítimas: as mulheres afrodescentes ou racializadas, entre 15 e 25 anos, de baixo poder aquisitivo, residentes de habitações periféricas cuja carência de saneamento básico e escolaridade são óbices presentes, expostas à conflituosos cenários familiares e que exercem atividades laborais referentes ao cuidado e a prestação de serviços (Leal; Leal, 2002). Contudo, independente da lacuna temporal de 23 anos que data desde a realização da pesquisa até a construção do presente artigo, a realidade não experienciou significativas transformações. A temporalidade, neste caso, foi inerte. Assim como a sociedade, o governo e o Estado, que pouco se mobilizam para lidar com essa situação.

Contudo, existem elementos que se articulam como agentes centralizadores no panorama abordado tanto na realidade, quanto na ficção de Clement (2015): a omissão e o desamparo estatal, a pobreza, a desigualdade social, o racismo ambiental e a aliança estabelecida entre o capitalismo, o patriarcado e o machismo que materializam a exploração dos corpos femininos.

Clement (2015), apossada dos saberes referentes ao cruel panorama no qual desenvolvem-se os abusos, a violência, a exploração e o tráfico de mulheres, expôs essa fatídica conjuntura quando cunhou a história de Paula. Ela era a menina mais bonita de Guerrero, segundo suas amigas. Era a joia escondida dos traficantes nos buracos cavados no solo de Guerrero. Contudo, a tática desenvolvida para protegerem-se não obteve sucesso em seu caso. Neste dia, os cachorros não latiram avisando que a metragem entre a sua casa e os carros dos traficantes estava diminuindo. O buraco não pode salvá-la, pois Paula, infelizmente, não teve tempo de chegar até ele. Foi roubada ainda menina para experimentar o que mulher nenhuma deveria conhecer. Assim, Clement (2015, p. 8), discorre: “Ela voltou um ano depois de ter sido levada. Ouvimos sua mãe contar, inúmeras vezes, como ela havia sido roubada [...] e tinha uma tatuagem que se enroscava no pulso com as palavras Garota do Canibal”.

Traficada, roubada, abusada, explorada, violada e marcada. São apenas alguns dos poucos adjetivos que poderiam ser atribuídos à condição em que Paula foi exposta. Assim, segundo Clement (2015, p. 62-65):

No braço esquerdo, na parte interna, [...] pude ver uma fileira de queimaduras de cigarro, círculos, bolinhas, círculos cor-de-rosa. (p.62) [...] Por que você tem essas queimaduras de cigarro no braço? Ah, nós todas temos isso, Ladydi. [...] Se você foi roubada, queima o lado interno do seu braço esquerdo com cigarro. [...] Se formos

*Possíveis intersecções entre a Educação Ambiental Crítica e a conjuntura retratada na obra
“Reze pelas Mulheres Roubadas”, de Jennifer Clement*

encontradas mortas em algum lugar, todo mundo vai saber que fomos roubadas. É a nossa marca. Minhas queimaduras de cigarro são uma mensagem.

A dominação ou a tentativa de dominar e controlar corpos e almas femininas não é uma novidade. É uma investida de ocorrência milenar perpetrada contra as mulheres desde a antiguidade a partir do momento em que as relações de poder se e fincaram construíram raízes cada vez mais profundas nas camadas mais internas das sociedades que, em detrimento das mulheres, representam um elemento determinante e norteador para o papel que elas desempenhariam ao longo do tempo.

Em uma breve análise histórica, percebe-se a modificação da condição da mulher a partir da desarticulação das comunidades gentílicas, em que a figura feminina era destacada pelo dom da vida e pela fecundidade, entrelaçada à fertilidade dos campos até a acumulação de poder que criaria as relações entre dominados e dominadores, complexificando os vínculos entre os indivíduos e constituindo sociedades em que predominavam regimes patriarcais. Nesse âmbito, Morin (1994) propõe que a afirmação da superioridade masculina coincide com o surgimento da família enquanto microestrutura social. É a partir da história e da ideia do autor que são expostas as origens dessa forma de dominação que data cerca de 2,5 mil anos e que permite analisar os desdobramentos do regime patriarcal para com a sociedade e a vida das mulheres.

No que tange ao patriarcado e a carga que ele porta, elevam-se diversas problemáticas. Nesse sentido, a escritora e poetisa Cristina Peri Rossi, por interposto da sua produção artística cunhada ao longo dos anos, expõe as maneiras como se constituem as estruturas de uma sociedade que desde os primórdios esteve submetida aos atos e a violência consumada por homens sedentos por poder, abonação e riqueza. Entretanto, o ideário construído por esses homens socialmente e hierarquicamente privilegiados é intimamente ligado às formas de dominação. Desse modo, a violência perpetrada concomitantemente com a opressão e a dominação aflige mulheres de diversas partes do globo, porém, em maiores índices, aquelas residentes do Sul Global.

Se explorar a fim de obter vantagem, violentar, reprimir, sexualizar, subjugar, abusar e diversas outras ações que exprimem a ação dos homens sobre as mulheres desde os tempos mais remotos continuam marcando presença na contemporaneidade, urge cada vez mais a necessidade de expor a conjuntura pela qual mulheres, sobretudo racializadas

são expostas. Trata-se de dar visibilidade para que sejam melhor discutidas a violência sistemática e o feminicídio perpetrado contra tanto as mulheres como um todo, como as juarenses de 1990 ou, na transposição à obra de Clement, as mulheres de Guerrero.

Angela Davis (2016), em “*Mulheres, raça e classe*” afirma que juntos, a raça, a classe e gênero geram diferentes formas de opressão. Relacionando o pensamento da autora à obra, percebe-se que os três elementos estão presentes na narrativa e são infelizmente preponderantes na realidade dessas mulheres. Membros de uma classe social que as torna ainda mais suscetíveis à violência, estão sozinhas, tendo somente a companhia e a proteção umas das outras. São desamparadas pela sociedade e pelo Estado, que negligenciam sua situação e nada fazem para diminuir as atrocidades – ou a ameaça delas – a que estão submetidas. Com opções limitadas para se autodefenderem, necessitam esconder seus corpos e os papéis sociais de gênero que desejam assumir a fim de não terem suas vidas ceifadas. Além disso, a pobreza, a desigualdade social, a baixa escolarização e a composição do território que as cerca são outros entraves agregados à sua condição.

Essas mulheres latinas, mexicanas, juarenses ou as de Guerrero, racializadas, que não gozam de privilégios socioeconômicos e que possuem uma gama de pedras em seu caminho durante o curso da vida, vivenciam uma realidade infinitamente distinta das mulheres do Norte Global. Nas fronteiras que cercam o território de Guerrero, não só a ameaça da presença masculina como uma violência iminente em uma interação direta sobre os corpos femininos se faz presente, mas também possibilidades de influências indiretas por intermédio de ameaças direcionadas aos elementos necessários para sobreviver neste local, como a esteira de ações dos narcotraficantes que geram danos ambientais e dificultam ainda mais o pleno exercício da vida pelas mulheres racializadas residentes das periferias do mundo.

A Educação Ambiental Crítica e o território

Guerrero, terra de mulheres, cujos maridos cruzavam a fronteira com os Estados Unidos para tentar a vida enquanto imigrantes, era também a terra usada e abusada pelos narcotraficantes. Afinal, que território ousa ser melhor do que aquele para o qual o Estado fecha os olhos, o exército negligencia e o contingente majoritário de habitantes são mulheres com pouca ou nenhuma alternativa de defesa sobre seus corpos e o de suas filhas

escondidas por trás de trapos e camadas de sujeira? Clement (2015, p.91) discorre: “Minha mãe dizia que os traficantes de drogas acabaram de vez com a nossa montanha. Nenhuma comunidade pode sobreviver a tantas tragédias”. Eram eles os abutres usurpadores que se apossavam das terras onde residiam populações de mulheres e nelas semeavam um solo onde brotariam, em extensas porções de terra, grandes quantidades de flores de papoula e plantas de maconha, que lhes renderiam grandes quantidades de dinheiro.

No que tange a tríplice: mulheres de Guerrero, plantação de papoula e Educação Ambiental, pode-se vislumbrar um resultado não tão próspero. Como as mulheres são as maiores afetadas pela presença das plantações? Aqui, inicialmente, cabe salientar a ineficácia do Estado enquanto órgão protetor dos direitos humanos dos seus indivíduos. Por intermédio do Exército, a fim de enfraquecer o narcotráfico, o Estado ordena o despejamento de Paraquat² nas plantações. Contudo, o território de Guerrero é hostil à vida feminina e até com a tentativa de extinguir as plantações de papoula, as suas mulheres são acometidas. “Aqueles safados são pagos, pagos pelos traficantes para não despejar a droga do Paraquat em cima das papoulas, então eles a despejam em qualquer outro lugar da montanha, em cima de nós!”, afirma Clement (2015, p.34):

Nós também sabíamos que os cultivadores de papoulas estendiam arames sobre as plantações para derrubar os helicópteros, ou então, em alguns casos, simplesmente os abatiam a tiros com seus rifles e AK-47s. Aqueles helicópteros do exército tinham que voltar para suas bases e informar que haviam derramado o herbicida, então eles o jogavam onde podiam. Eles não queriam se aproximar das plantações, onde com certeza seriam derrubados a tiros. Quando os helicópteros chegavam e se livravam do veneno em cima das nossas casas, nós sentíamos o cheiro de amônia em tudo e nossos olhos ardiam durante vários dias. Minha mãe dizia que era por isso que ela nunca parava de tossir.

“Todo mundo sabia que os venenos usados para matar as plantações de maconha e papoula estavam fazendo mal ao povo.”, afirma Ladydi, por intermédio de Clement (2015, p. 21). Contudo, caso ainda haja dúvidas: eram elas que caminhavam sob o solo contaminado, que estavam expostas aos resíduos tóxicos, que ingeriam alimentos e que bebiam água possivelmente contaminada e após a ingestão amamentavam seus filhos, transportando, involuntariamente, resquícios de Paraquat para seus pequenos corpos em desenvolvimento, arriscando, muitas vezes por não terem consciência e pela falta de alternativas, desenvolverem sequelas em seus bebês. Além do mais, eram elas que tinham suas carnes queimadas pelo veneno, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade

social, econômica e ambiental que permeava suas vidas. Tal cenário, ainda que construído de forma imagética e representado como literatura, mostra-se quase como um espelhamento da realidade, em especial se lembrarmos as ponderações asseveradas por Rachel Carson, já na década de 1960, em seu *“Primavera Silenciosa”* (Carson, 1969).

Conforme acreditam Aruzza, Fraser e Bhattacharya (2019) as mulheres ocupam as linhas de frente da atual crise ecológica e são as mais afetadas por ela, constituindo 80% das pessoas refugiadas em função do clima. Além disso, mesmo no Norte Global, mas ainda no tocante a mulheres em situação de grupos étnicos pobres e minoritários, elas “estão sujeitas ao racismo ambiental, uma vez que constituem a espinha dorsal de comunidades submetidas a enchentes e envenenamento por chumbo”, de acordo com Aruzza, Fraser e Bhattacharya (2019, p. 58).

Haja vista o cenário socioambiental vivenciado pelo corpo social estudado nesta escrita, um elemento surge exercendo centralidade: a Educação Ambiental Crítica. Loureiro et al. (2009) defendem que a educação ambiental enquanto uma prática social e ação política exige um claro posicionamento. Nessa perspectiva, é possível pensar em uma Educação Ambiental Crítica de cunho transformador e emancipatório à medida que tal posicionamento crítico e humanista é assumido: “a educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória emerge da pedagogia crítica, que tem seu ponto de partida na teoria crítica de interpretação da realidade social” (Loureiro et al., 2009, p.86). Nesse sentido, Reigota (2009) corrobora com o pensamento de Loureiro et al., quando postula que a “Educação Ambiental também é uma Educação política” (Reigota, 2009, p. 13), bem como sobre o fato de um dos objetivos da Educação Ambiental ser o ato de tecer análises sobre as relações sociais interpessoais e sobre as relações entre os seres humanos com o ambiente.

Concomitante ao que pensam Silva e Freitas (2023, p.3), “a Educação Ambiental preocupa-se em contemplar na área educacional todo esse conjunto de relações em que estão postas as explorações, dominações e subordinações de determinados grupos sobre outros”. Assim sendo, quando os indivíduos passam a enxergar o cenário à sua volta e até mesmo aquele que extrapola a sua bolha com as lentes que os permitem assumir uma relação imersa em maior empatia para com os seus semelhantes, é possível traçar novos caminhos em que as relações interpessoais possam ser estabelecidas de maneira mais

harmônica e que compreenda a realidade e as mazelas das populações historicamente exploradas, cujos reflexos as subalternizam até a contemporaneidade.

Segundo Riquito (2021, p. 21), “as alterações climáticas têm consequências em termos de gênero, raça e classe, com especial incidência para as mulheres negras, pobres, do Sul Global¹, indígenas, camponesas, etc”. Nessa esteira de fatos que infelizmente condicionam suas realidades, o ser mulher porta uma camada ainda mais profunda de entraves ao decorrer do seu trajeto. Em função disso que Silva, Rodrigues e Podewils (2023) afirmam que a Educação Ambiental concomitantemente com a Reprodução Social, possibilitam a análise das problemáticas ambientais como provenientes do sistema capitalista patriarcal de cunho exploratório. No dito sistema, as discrepâncias no seio da sociedade compõem um empreendimento que existe a favor das camadas mais privilegiadas da sociedade, onde os indivíduos, sobretudo as mulheres pobres, racializadas e socialmente marginalizadas são as mais prejudicadas por problemas socioambientais.

Nesse locus, Loureiro (2012) discorre que não há sentido em declarar que o problema está na transformação da natureza, mas sim em afirmar que os modos específicos de produção, que estão territorialmente determinados, levam às mais diversas transformações insustentáveis no que tange ao prisma social e ecológico. Destarte, Pedruzzi (2019, p. 49) na discussão sobre essa mesma temática, aponta que “cabe identificarmos também a importante menção do autor Carlos Frederico Loureiro às categorias responsáveis pela degradação ambiental, sendo elas: o capitalismo, a modernidade, o industrialismo e a tecnocracia.”. Desse modo, essas categorias estão sob a égide do capital e do seu enorme espectro de influência, sendo esse “o sistema que cria o chefe, produz as fronteiras nacionais e fabrica os drones que as vigiam” (Aruzza, Fraser e Bhattacharya, 2019, p. 20).

O sistema capitalista age em uma constante, sempre afetando o lado mais fraco, enquanto aqueles que estão no topo da hierarquia social, seguem mantendo os seus privilégios em detrimento do restante da população que, em muitos casos, beira situações de miséria e mendicância. As garras deste sistema penetram no âmago da população e seus impactos reverberam em todos os âmbitos da sua existência, inclusive no que concerne às questões que cercam o meio ambiente, local comum a todos os seres vivos, que têm sido impactado de forma agravada desde os desbravamentos, os processos colonizatórios e o advento das tecnologias provenientes da Revolução Industrial, em meados do século XVIII,

sendo esses efeitos cada vez mais graves, custosos e decisivos sobre a humanidade e o seu futuro. A partir do espectro do vigente sistema econômico, Galeano (2012, p.6) discorre poeticamente: “Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados à morte precoce e palácios vazios onde deambulam os fantasmas”, enquanto análise comparativa à realidade deste sistema que fomenta e lucra com as mais diversas desigualdades historicamente perpetradas na sociedade.

A partir do que foi exposto na presente pesquisa, tornou-se possível compreender alguns elementos que estão no cerne da Educação Ambiental Crítica. Nesse sentido, Goularte, Reis e Pedruzzi (2024) destacam que, através de um horizonte crítico, a Educação Ambiental é uma epistemologia que não separa os seres humanos do meio ambiente e que relaciona as problemáticas sociais e ambientais com a lógica do sistema colonial, exploratório, escravagista e o modo de produção capitalista, sendo estes os agentes fomentadores das desigualdades sociais vistas na contemporaneidade.

A emergência de um feminismo anticolonial, plural e antirracista

A partir da análise de uma sociedade cuja conjuntura social, política e econômica é subordinada a um sistema neoliberal que lucra com as discrepâncias sociais, é imprescindível a criação de medidas que constituam um locus de resistência que se oponha à lógica do sistema e que vise quebrar as barreiras que são historicamente instituídas à população, sobretudo àquelas mulheres pobres, racializadas e residentes das periferias do mundo.

No espectro da infeliz hostilidade conjuntural e da constante iminência da violência direcionada aos corpos femininos, Vilma Piedade, intelectual e pesquisadora sobre o feminismo negro, afirma que as mulheres jovens e negras, são as mais suscetíveis à situação em que se agravam os níveis de vulnerabilidade à violência e ao feminicídio. “Se o feminicídio de forma geral avança, as pretas são as que mais morrem” (Piedade, 2017, p. 14). Compreendendo que as mulheres de Guerrero não são negras, mas não descartando a sua posição enquanto mulheres latinas e racializadas, entende-se que essa realidade pouco diferencia-se.

Dessa forma, é nessa perspectiva que se impõe a necessidade de ser oposição, de travar uma luta contra a relação de poder simbiótica entre o capitalismo e o patriarcalismo

perpetrado nas sociedades. Essa insurreição contra a ordem vigente poderá ser feita por intermédio não somente da visibilidade, do projeto de ampliar a voz daquelas que urgem e clamam para serem ouvidas, como defendia Audre Lorde (2019), da consciência moral e do letramento social que deverá ser desenvolvido nas comunidades, mas também da necessidade e importância do movimento e da luta feminista. No entanto, não pelo feminismo branco, não pelo feminismo liberal, não pelo feminismo corporativo, não pelo feminismo civilizatório, mas sim por um feminismo anticolonial ou decolonial, como propõe Françoise Vergès (2019), por um feminismo antirracista, como lutavam Lélia González (2020), Angela Davis (2017) e Bell Hooks (2018). Por um feminismo que compreenda a Reprodução Social, como se deteve Silvia Fiderici (2019) a estudar ao longo da sua vida, e por um feminismo plural, abrangente e acolhedor, que congrega demandas e luta por elas, não caindo no desacerto de segregar indivíduos e ignorar mazelas, do qual descaracterizar todo um movimento é o ponto de chegada.

Nesse locus, de acordo com o que pensam Aruzza, Fraser e Bhattacharya (2019), embora o feminismo liberal condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, ele recusa-se a tratar das restrições sociais e econômicas que impossibilitam a liberdade e o empoderamento para uma ampla gama de mulheres. Assim, seu real objetivo não é a igualdade, mas sim a meritocracia. Aqui, percebe-se uma contradição: porque “empoderar” mulheres a serem as melhores versões de si e a demonstrarem talento, sabendo que essas definições possuem uma carga diferente de acordo com o local no qual estão sendo empregadas, ao invés de lutar contra a hierarquização da sociedade e a estratificação de pessoas? É por essa e diversas outras razões que este feminismo branco falha e estará, possivelmente, sempre fadado a falhar.

Audre Lorde (2019) acreditava que os silêncios não protegiam as pessoas, incitando seus leitores a transformar a invisibilidade, o silenciamento e a inércia em linguagem, mudança e ação. Expunha também que uma vez que derrubadas as barreiras impostas pelo sistema, pelo Estado e pelas estruturas opressoras vigentes, é possível a construção de narrativas mais justas, abrangentes e plurais. Nesse âmbito, ainda sobre o silenciamento de algumas mulheres e a escolha de alienarem-se quando as convém, Aruzza, Fraser e Bhattacharya (2019, p. 62) discorrem:

No entanto, não há nada de feminista em mulheres da classe dominante que fazem o trabalho sujo de bombardear o país e apoiar regimes de apartheid; de

respaldar intervenções neocoloniais em nome do humanitarismo, enquanto permanecem em silêncio a respeito de genocídios perpetrados por seus próprios governos; de expropriar populações indefesas por meio de ajustes estruturais, dívidas impostas e austeridade forçada.

É a partir desse lócus, de forma conjunta as demais demandas demonstradas pelas mulheres não-brancas, que Pedruzzi (2019) acredita que no pensamento de importantes autoras urgia a necessidade de construir um verdadeiro enlace interseccional, um nó que de fato conjugasse e articulasse as lutas feministas, antirracistas, anti-capacitistas, antiLGBTfóbicas e dos demais movimentos emancipatórios contra as matrizes e as estruturas opressivas que permeiam as sociedades. Dessa forma, consoante ao pensamento de Vergès (2019, p. 5):

Assim, o feminismo decolonial opõe-se frontalmente ao feminismo liberal, cujas pautas se encerram em demandas relativas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as clivagens e as desigualdades entre as mulheres. Opõe-se também ao “feminismo civilizatório”, que na verdade é uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas.

No que concerne à emergência relacionada à criação de um movimento que se oponha ao feminismo branco, Davis (2017) acreditava na união das mulheres para a construção de uma luta revolucionária e multirracial, imersa na profundidade da seriedade das questões que afetam cotidianamente as mulheres pobres e trabalhadoras. Nesse movimento, as preocupações das mulheres de minorias étnicas são representadas com tamanha importância e seriedade, e não mais deixadas de lado, propositalmente escanteadas e escondidas pelo feminismo branco e civilizatório, que somente prioriza os seus interesses e legítima barbáries imperialistas países afora.

É por meio deste feminismo, o feminismo anticolonial e contra hegemônico, que histórias que clamam para ampliar a sua voz e serem ouvidas, como as de Ladydi, de Paula, das juarenses, das mulheres de Guerrero e das demais mulheres racializadas globalmente poderão ser ouvidas. Que seja criada uma sociedade onde mulheres leem mulheres, que apoiem mulheres e que lutem por mulheres. Que o legado deixado por Audre Lorde (2019) não seja apagado, sobretudo quando a mesma atentava para o fato de falar algumas palavras que se articulam enquanto tentativas de quebrar os silêncios e de acentuar

divergências que existem entre as mulheres, haja vista que não são essas diferenças que as imobilizam, mas sim a infinidade de silêncios que existem para serem quebrados.

Considerações finais

Nessa breve análise cujo objetivo era compreender as relações de opressão das mulheres racializadas com base nos preceitos de uma Educação Ambiental Crítica e Feminista a partir do que a escritora Jennifer Clement (2015) escancarava em sua obra *Reze pelas Mulheres Roubadas*, foi feita a tentativa de comparar e relacionar a ficção de Clement à realidade dos fatos, ou seja, ao cenário social ao qual as mulheres são submetidas sistematicamente. Clement (2015) expõe com o seu romance, por intermédio de comparações literárias, as atrocidades às quais o corpo social, sobretudo as crianças e as mulheres em situação de vulnerabilidade, estão expostas e pouco é feito a respeito desse sério óbice que atravessa as populações historicamente.

O que Clement escreve causa incômodo, inquietação, medo e angústia. A autora imerge os leitores em um contexto no qual a narrativa é desenvolvida e a hostilidade local perpassa os seus escritos e o imaginário das suas entrelinhas. Contudo, este é apenas um retrato ficcional do que de fato acontece mundo afora. Destarte, é a invisibilização dessas histórias, concomitantemente com a negligência estatal, a desvalorização da natureza e a impunidade para com os agressores que praticam as ações elencadas ao longo deste trabalho, que agem compondo a força propulsora da violência sistemática contra os corpos femininos, sobretudo racializados.

Consoante ao que pensam Caramalac e Nantes (2022, p. 18), “a cova é a expressão mais contundente da morte. Assim, aquelas mulheres vulneráveis e silenciadas pelo medo estão como mortas-vivas”. Elas lutam e sobrevivem como podem, protegem-se e acolhem-se. No entanto, sozinhas em um contexto tão hostil à sua sobrevivência, é como terem que andar em uma estrada de pregos, onde calçar-se é uma proibição.

Em tese, compreender o que acontece nestes locais possibilita a construção de enlaces interseccionais entre o ser mulher e a configuração do local onde se vive. Dessa forma, a literatura agiu enquanto ferramenta que possibilitou a construção de uma análise teórica e histórica da conjuntura vivenciada pelas mulheres racializadas, vivendo em posição de vulnerabilidade social e econômica em um território de intensa hostilidade para a manutenção e o pleno exercício da vida. Nesse lócus, faz-se necessária a luta não só para que os corpos femininos não mais sejam territórios de disputa e de obtenção de lucros,

mas também para que haja qualidade de vida e para que a dignidade não seja mais uma mera fantasia idealizada de forma utópica e inalcançável.

Referências

ADAMS, James Truslow. **The Epic of America**. Boston: Little, Brown, and Company, 1931.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para as 99**: Um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CARAMALAC, Rosilene; NANTES, Flávio Adriano . Violencia, afectos, sodororidad en Noche de fuego, de Tatiana Huezo. **Polémicas Feministas**, v. 2, n. 6, p. 1-19, 2022. Disponível em:

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/polemicasfeminista/article/view/39429> Acesso em: 14 fev. 2024.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969; Gaia, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DUTRA, PAULA Queiroz. A narrativa do feminicídio em Reze pelas mulheres roubadas, de Jennifer Clement. **RevLet: Revista Virtual de Letras**, v. 8, p. 678-692, 2016.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULARTE, Michele; PEDRUZZI, Alana das Neves; SANTOS, Paula Ferreira dos. Colonialismo, subalternização do trabalho e mulheres negras: Uma análise a partir dos Fundamentos da Educação Ambiental. **Unilasalle**, v.29 n.1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/11402>. Acesso em: 05 nov. 2024.

JESUS, Damásio Evangelista. de. **Tráfico internacional de mulheres e crianças**. Brasil: aspectos regionais e nacionais. São Paulo: Saraiva, 2003.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria De Fátima. pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: **Pestraf**, p. 1-284, 2002. Disponível em: <https://andi.org.br/documento/pesquisa-sobre-traffic-de-mulheres-criancas-e-adolescentes-para-fins-de-exploracao-sexual-comercial-no-brasil-pestraf/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

Possíveis intersecções entre a Educação Ambiental Crítica e a conjuntura retratada na obra “Reze pelas Mulheres Roubadas”, de Jennifer Clement

LESSA, Sérgio. **O revolucionário e o estudo: por que não estudamos?.** São Paulo: Instituto Lukács, 2014. 120 p.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. et al. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. **Cadernos CEDES**, v. 29, n.77, p. 81-97, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/27cbddb-bdc77-4b2d-a6fb-df634bdf456c/content>. Acesso em: 25 fev.2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e Educação: Um olhar da Ecologia Política.** São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1994.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade.** 1.ed. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PEDRUZZI, Alana das Neves. **Sobre presenças e ausências na educação ambiental crítica.** 2019. p.1-143. (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós- Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2019.

REIGOTA, MARCOS. **O que é educação ambiental.** Coleção Primeiro Passos. 2.ed. São Paulo, 2009.

RIQUITO, Mariana. Antropoceno patriarcal, petro-masculinidades e masculinidades industriais: diálogos feministas sobre a crise climática. **Ex aequo**, Lisboa, n. 43, p. 15-29, jun.2021. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So874-55602021000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SILVA, Andressa Bonilha da; RODRIGUES, Renato Roniel Zêgo; PODEWILS, Tamires Lopes. A Emergência Climática e as mulheres: Apontamentos para os Fundamentos da Educação Ambiental. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 28, n.1, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/15685>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da; FREITAS, André Luis Castro de. Educação ambiental, ecofeminismo e pesquisa-ação: análise de um processo pedagógico de conscientização. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/15052>. Acesso em: 23 out. 2024.

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial.** 1.ed. França: Ubu Editora, 2019.

Notas

¹ Sul Global e Norte Global são conceitos empregados de forma filosófica neste artigo, e não de forma geográfica. Esses termos visam definir grupos com características diferentes em estudos anticoloniais, em um empreendimento contra hegemônico e contra colonial. Nessa perspectiva, entende-se por Sul Global as periferias do mundo e os seus habitantes, que foram historicamente explorados, cujos reflexos do passado refletem nas mais diversas facetas das suas vidas até a contemporaneidade. Nesse viés, o Norte Global corresponde aos Estados que hoje são considerados desenvolvidos e que empreenderam, majoritariamente, a colonização contra as demais localidades do globo e, em virtude disso, usufruem na atualidade de condições que não são vistas nas demais territorialidades.

² Paraquat é um herbicida inserido nas plantações cuja função é combater ervas daninhas, proibido pela Anvisa por representar severos riscos à saúde humana, podendo levar a óbito em menos de 24 horas após a sua ingestão. Além disso, não possui um antídoto eficaz.

Sobre as autoras

Ana Carolina Duarte Nunes

Estudante de História Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Atualmente. Vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de Filosofia e Educação Filosófica - Regional Extremo Sul (NESEF-Extremo Sul) e atualmente bolsista FAPERGS de iniciação científica no Grupo de Estudos em Filosofias Emergentes (GEFE). Atuante no projeto: "Feminismos Anticoloniais na América Latina e suas aproximações com a Educação Ambiental", depois de ter sido bolsista de Iniciação Científica no mesmo grupo de pesquisa anteriormente, atuando no projeto: Educação Ambiental e Feminismos Anticoloniais: uma análise sobre ausências na produção de um campo crítico. Além disso, atuou como bolsista no Programa de Apoio Pedagógico ao Estudante Indígena e Quilombola (APEIQ/FURG). Trabalha majoritariamente com as temáticas: Mulheres e Feminismos, Feminismos Anticoloniais, Colonialismo, Crise Estrutural do Capital, Educação Ambiental e Educação Ambiental Crítica.

E-mail: anascarinadn@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0005-3738-7629>

Alana das Neves Pedruzzi

Doutora (2019) e Mestre em Educação Ambiental (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Bacharel em História (2011) pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG e Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas. Professora Adjunta do Instituto de Educação - FURG e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de Filosofia e Educação Filosófica - Regional Extremo Sul (NESEF-Extremo Sul) e pesquisadora do Grupo de Estudos em Filosofias Emergentes (GEFE). Pesquisa as seguintes áreas: Educação Ambiental Crítica; Fundamentos da Educação Ambiental; Marxismos; Feminismos, Ensino de Filosofia; Educação Filosófica; e Comunicação Científica.

E-mail: alanadnp@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3991-9933>

*Possíveis intersecções entre a Educação Ambiental Crítica e a conjuntura retratada na obra
“Reze pelas Mulheres Roubadas”, de Jennifer Clement*

Recebido em: 12/04/2025

Aceito para publicação em: 08/11/2025